

COFRE VAZIO

Á chega o merreleho

Projeto de lei orçamentária enviado pelo governo à Alerj prevê um déficit de R\$ 15,3 bi

MARIA ELISA ALVINS

malag@iglobo.com.br

sema@iglobo.com.br

A crise que assola o estado, obrigando o governo a parcelar salários, suspender o pagamento de fornecedores por um mês e decretar calamidade pública nas finanças, está longe de um fim. As contas de 2017 não têm como fechar — e o governo já sabe disso com antecedência. No projeto de lei orçamentária para o ano que vem, enviado pelo Executivo à Assembleia Legislativa (Alerj), o governador em exercício Francisco Dornelles não esconde que “haverá vultoso déficit orçamentário” e que será preciso enfrentar “graves problemas estruturais somados à nossa enorme fragilidade fiscal”. Traduzido em números, significa que o estado já prevê, desde agora, um rombo de R\$ 15.318.002.624 (cerca de R\$ 15,3 bilhões de déficit). A estimativa é arcaica: R\$ 62.312.092.116 (receita líquida), mais o despesa é muito maior — chega a R\$ 77.642.354.739. Esta é a primeira vez no Rio em que um orçamento é enviado para a apreciação dos deputados sem que as duas previsões batam. Os parlamentares têm até o fim de dezembro para aprová-lo.

Para o advogado Hermano Cabral, especialista em administração pública, a Lei Orçamentária Anual (LOA) deveria ter sido elaborada, buscando o princípio do equilíbrio, que visa a assegurar que as despesas não sejam superiores à previsão das receitas. Ele diz, no entanto, que o projeto da lei orçamentária pode prever um déficit. O economista Leonardo Rolim, ex-secretário de Políticas do Ministério da Previdência Social e atual assessor da Câmara dos Deputados na área de Previdência Social, também e a maioria social, concorda. No entanto, diz que o Executivo precisa informar com que receitas extraordinárias vai tapar o buraco — o que o estado não fez.

O orçamento da União para 2017 também está em déficit. Mas o governo diz com que receitas extraordinárias vai financiar esse déficit. A União vai emitir títulos, ou seja, aumentar sua dívida. No final, receitas e despesas são iguais.

DEPUTADO-ORÇAMENTO PODE SER DEVALUADO

No ano passado, o governador Luis Fernando Pezão, atualmente licenciado, cogitou enviar o orçamento de 2016, como a ex-presidente Dilma Rousseff já fizera com as contas da União, sem previsão de déficit, mas desistiu da ideia. Ele acabou equilibrando as estimativas de receitas e despesas.

O governo superestimou as receitas para poder equilibrar-las com as despesas. É o que se as receitas não se concretizarem. O governo deveria ter diminuído as despesas para fechar a conta. Agora, para 2017, precisava ter previsto um corte antes de mandar o orçamento. Quando você afirma que há déficit no orçamento de 2017, está dizendo que quebrou antes mesmo de o ano começar — opina o deputado estadual Luis Paulo (PSDB), acrescentando que, quando o governo anuncia o pacote de medidas para tentar diminuir a crise financeira, o orçamento de 2017 ficará “explosivo”. Ele acha prometendo um pacote de cortes. — Acho que deveríamos devolver o orçamento para que ele seja adaptado à nova realidade, mas não sei o que a Casa vai fazer.

Hoje, a Alerj vota o projeto de lei enviado por Dornelles, no último dia 10, que reconhece o estado de calamidade pública no âmbito da administração financeira. Com a aprovação da lei, o governo pretende ter liberdade provisória para fazer operações de crédito e efetuar pagamentos sem sofrer as sanções previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A proposta visa a fazer com que o estado, que já teria decretado calamidade, tenha suas obrigações suspensas naquilo que diz respeito aos artigos 23, 31 e 70 da LRF (que dispõem sobre regras e prazos para pagamento de pessoal e empenhamento). Com a aprovação da proposta, o governo, respaldado pela LRF, passa a poder suspender prazos, sem sofrer penalidades, enquanto perdurar a calamidade financeira.

PAQUETE PREVÊ ATE CORTE DE SALÁRIOS

Para tentar equilibrar as contas, o Executivo prepara um pacote de medidas, cujo lançamento foi adiado para a próxima semana, com um conjunto de projetos de leis e decretos que reduzirão salários, aumentará tributos, cortará secretarias e cargos em comissão e acabará com benefícios fiscais. Embora uma fonte do alto escalão do governo confirme que as propostas já estejam praticamente decididas, o governador licenciado Luis Fernando Pezão desconfia: — Ainda não sabemos o tamanho. Não sabemos os números.

O que é certo é que muitas das medidas, discutidas anualmente por Dornelles e Pe-

UM 2017 NO APERTO

O PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA QUE FOI APRESENTADO PELO GOVERNO À ALERJ



No orçamento de 2016, a despesa prevista era de R\$ 75,7 bilhões

FUNCIONALISMO ESTADUAL

Ativos

223.622

com gasto de R\$ 1.938 bilhão

Inativos

246.826

com gasto de R\$ 1.935 bilhão

Fonte: Projeto de Lei Orçamentária Anual e Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão

Elaboração: Alerj

“O governo precisava ter previsto um corte antes de mandar o orçamento. Quando você afirma que há déficit no orçamento de 2017, está dizendo que quebrou antes mesmo de o ano começar”

Luis Paulo

Deputado estadual (PSDB)

zo, terão de ser aprovadas pela Assembleia Legislativa. Uma delas é a que aumenta a alíquota previdenciária, de 11% para 14%. O governo quer ainda que Alerj, Ministério Público, Judiciário e Tribunal de Contas do Estado (TCE) assumam o pagamento das contribuições previdenciárias, como empregadores, de seus inativos, hoje arcadas pelo Tesouro estadual. Com o aumento da alíquota para 14%, a contribuição patronal passará para 28% (ela é o dobro do que é pago pelo servidor da ativa e inativo).

Uma fonte do governo confirma a intenção de mexer ainda mais no bolso dos servidores — neste caso, apenas do Executivo. A firma como isso vai ser feito e por quanto tempo a medida valerá não foram informados. Mas a redução dos salários de quem ganha menos de R\$ 3.300 pode chegar a 30%. Quem recebe acima desse valor pode perder até 10% de seus vencimentos. O governo pretende ainda passar a ficar nos cargos de confiança, que deverão sofrer um corte de 30% no número — hoje são cerca de oito mil — e de 20% nos valores dos vencimentos. Com os comissionados, o governo hoje desembolsa R\$ 30 milhões por mês, segundo a Secretaria de Planejamento. O número de secretarias também deve cair de 20 para 11. A Fazenda informou que todas tiveram que fazer ajustes no orçamento de 2017, mas não especificou quais foram os cortes ou áreas mais afetadas. Haverá ainda a extin-

Corpo a corpo

LEONARDO ROLIM

‘A legislação não permite reduzir salários’

Consultor econômico que foi secretário de Políticas do Ministério da Previdência diz que alternativa é criar alíquota previdenciária suplementar

SEMA SCHEINER

sema@iglobo.com.br

• É possível reduzir salários de funcionários públicos?

A legislação não permite reduzir salários.

• Mesmo com a redução de jornada?

Existe uma limitação direta de redução de jornada e, consequentemente, de salários. O mínimo da água, no entanto, ainda não foi julgado.

• Entre as medidas do estado para tentar resolver os seus problemas de caixa está o corte de salários de servidores. Como isso pode ser possível?

Não cabe ao projeto do Estado do Rio. Mas há a possibilidade de ser criada uma alíquota previdenciária suplementar da previdência, para o reequilíbrio do R-previdência. A criação dessa alíquota suplementar está prevista na Lei Complementar 109, justamente para cobrir déficits previdenciários. Fundos de pensão da Caixa, do Banco do Brasil e dos Correios já criaram esse alíquota. Alguns municípios, que estavam com a previdência deficitária, seguiram o mesmo caminho. Ou seja, implantaram um plano de equacionamento desse déficit.

• Essa alíquota suplementar vigoraria por quanto tempo? Ou é por tempo indeterminado?

Ela tem prazo determinado. Uma lei deve fixar esse prazo.

• Mas qual tem sido a prática?

Em geral, tem sido fixado 30 anos, sendo que, anualmente, é feita uma avaliação atuarial.

• Essas contribuições suplementares não são dos funcionários ativos e inativos ou o poder público também tem de recolher um percentual?

O poder público tem de contribuir como empregador. Mas o percentual não precisa ser o mesmo dos funcionários ativos. Como acontece com a alíquota previdenciária normal. Esse percentual deve ser estipulado por lei.

ção de 13 entidades públicas, como a Fundação para a Infância e Adolescência (FIA) e a Fundação Leo XIII.

O setor privado também deve ser atingido. O estado quer aumentar o ICMS de alimentos, bebidas, fumo e energia elétrica. Na previsão orçamentária enviada à Assembleia Legislativa, a estimativa é arrecadar, em 2017, R\$ 34,6 bilhões. Mas na proposta o governo diz que poderia entrar com um cofre de R\$ 1,4 bilhão, a despeito da aprovação de projetos de lei aumentando o tributo, que ainda seriam enviados.

SUSPENSÃO DE DECRETOS POLÍMICOS

O governo quer ainda suspender os efeitos de um conjunto de decretos políticos encaminhados à Alerj. No início deste mês, em meio à crise financeira, o governador em exercício concedeu isenção fiscal a empresas e produtos. No pacote que enviará aos deputados para tentar equilibrar o caixa, Dornelles pretende propor aos parlamentares a suspensão dos efeitos da isenção por dois anos.

Bases beneficiárias foram oferecidas a quatro firmas de distribuição de produtos em atacado, além de três empresas dos setores de beleza e cosméticos, alimentos e bebidas. O restante dos decretos afeta as isenções já concedidas a companhias que trabalham com determinados mercadorias, como perfumaria.